



27046812



08018.066722/2022-63



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Justiça
Plenário do Comitê Nacional para os Refugiados

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL PARA REFUGIADOS – CONARE

A PRESENTE ATA FOI APROVADA POR TODOS OS MEMBROS PRESENTES À 176ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONARE, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2024.

VERSÃO DESIDENTIFICADA DESTA ATA FOI ELABORADA PARA INSERÇÃO NA PÁGINA VIRTUAL DO CONARE. TRECHOS SIGILOSOS FORAM SINALIZADOS POR "(...)".

No dia quatorze de dezembro de dois mil e vinte e dois, às 10 horas e 12 minutos, foi realizada, em ambiente virtual, a centésima sexagésima sexta Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados – Conare, presidida pelo Presidente do Conare, Sr. Alexandre Rabelo Patury.

Foi registrada a presença do Coordenador-Geral do Conare Substituto, **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**; do Presidente em exercício e membro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, **Sr. Alexandre Rabelo Patury**; da membro suplente do Ministério da Saúde e Coordenadora-Geral na Assessoria Internacional do mesmo órgão, **Sra. Cristina Vieira Machado Alexandre**; da membro titular do Ministério do Trabalho e Previdência e Coordenadora-Geral de Fomento e Geração de Emprego, **Sra. Lucilene Estevam Santana**; da membro do Ministério das Relações Exteriores, **Sra. Juliana Cardoso Benedetti**; do membro do Alto Comissariado das Nações Unidas (Acnur), **Sr. Oscar Sanchez Pineiro**; do membro titular da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana do Rio de Janeiro, **Monsenhor Manuel de Oliveira Manangão**; do membro da sociedade civil e Diretor da Cáritas Arquidiocesana de São Paulo, **Padre Marcelo Maróstica Quadro**.

Ademais dos membros do Comitê Nacional para os Refugiados, nos termos do art. 14 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, foram também registradas as presenças do Procurador Regional da República, **Sr. André de Carvalho Ramos**; do Defensor Público Federal, **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**; da **Sra. Ilana Szabo**, da Defensora Pública da União; e da representante do Instituto de Migrações e Direitos Humanos, **Irmã Rosita Milesi**.

Acompanharam também a reunião, na condição de participantes:

Alessandro Lopes Barroso (CG-Conare); Amarilis Busch Tavares (CG-Conare); Ana Célia Honorato Dorta (CG-Conare); Anna Paula Ribeiro Araújo Mamede (CG-Conare); Barbara Linne Soares do Carmo (CG-Conare); Breiner Silvestre Alves Franco (CG-Conare); Clarissa Carmo (CG-Conare); Caroline Dias dos Reis (CG-Conare); Corina Dias Adorno Ferreira (CG-Conare); Fatima Mayumi Kowata (CG-Conare); Fernando Domingos de Farias (CG-Conare); Hugo Felipe Gonçalves (CGIL); Jefferson Tavares de Araújo (CG-Conare); Jorge Luiz Ribeiro de Paula (CG-Conare); Juliana Nascimento Bueno da Silva (CG-Conare); Lais Yumi Nitta (CG-Conare); Lais Vitoria Cunha de Aguiar (CG-Conare); Laura da Silva Alarcão Carneiro (CG-Conare); Lazaro Romualdo da Silva (CG-Conare); Leila Romanini (CG-Conare); Luana Maria Castelo Branco Medeiros (CG-Conare); Luis Marcos dos Reis Jr (CG-Conare); Osorio Vilela Filho (CG-Conare); Paulo Sérgio

de Siqueira (CG-Conare); Pedro Henrique de Moraes Cicero (CG-Conare); Rogério Tavares Leda (CG-Conare); Thais Soares (CG-Conare); Thayse Karoline de Souza Medeiros (CG-Conare); Vinicius de Franca (CG-Conare); Vitoria Luiza dos Santos Cruz (CG-Conare); Yara Mitsue Iguchi (CG-Conare); Yolanda Cavalcanti Alves (CG-Conare); e Yvanack Dantas Valério da Silva (CG-Conare); Marianna Borges Soares (IMDH); Diego Souza Meriguetti (Acnur); Joana Soares Cordeiro Lopes (Acnur); William Torres Laureano da Rosa (Acnur); Sra. Iara Rocha Guimarães (Acnur).

A reunião foi iniciada com a seguinte pauta:

1. Apreciação dos casos em bloco;
2. Modelos de pareceres de elegibilidade/ Estudos de País de Origem (EPO);
3. Atualização sobre condições para reconhecimento em bloco de casos de GGVDH;
4. Assuntos diversos.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** cumprimenta todos os presentes e informa que foi enviado um e-mail solicitando aos membros que destacassem casos para debate, porém não foi recebida nenhuma indicação e, por isso, acredita que possa ser iniciada a votação dos casos em bloco, mas ressalta que não há problema em retomar, se porventura algum membro quiser debater algum caso específico. Não existindo nenhum destaque, o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner inicia a votação dos casos em bloco consultando se há óbice quanto às listas de Reconhecimento da condição de refugiado; Reconhecimento de refugiado, manifestamente fundado, com dispensa de entrevista; Indeferimento da condição de refugiado; Extensão dos efeitos da condição de refugiado, deferimento; Extensão dos efeitos da condição de refugiado, indeferimento; Autorização de viagem. Sem óbice a nenhuma das listas, declara todas aprovadas.

Dando prosseguimento, o **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** cita que recebeu um e-mail do Sr. Gustavo Zortéa da Silva chamando a atenção para alguns pareceres de indeferimento onde consta uma referência a um repositório de informações que serve de base para elaboração de pareceres subsidiando a avaliação em relação a eventuais riscos que a pessoa possa ter no país de origem e, que esse procedimento, faz parte de um modelo de parecer utilizado pela Coordenação-Geral do Conare para casos de indeferimento. Diz que quando a pessoa não relata na entrevista nenhum fundamento entre os cinco (5) previstos na lei brasileira de refúgio, ou seja, religião, raça, nacionalidade, opinião política ou grupo social, esses pareceres podem ser utilizados, principalmente para casos de migração econômica e conflitos interpessoais, enfim, tudo que não se aplica ao reconhecimento da condição de refugiado. Ressalta que, na avaliação de credibilidade externa, procuram simplificar já que não haveria, a princípio, a necessidade de fazer uma pesquisa muito extensa a respeito das condições do país de origem com base nesse perfil de solicitante, pela experiência que teriam de indeferimento em casos análogos dessas nacionalidades. Utilizam-se, portanto, desse modelo que faz referência ao ECOI, repositório da Cruz Vermelha austríaca, da plataforma ACCORD, e que mantém esses informes atualizados. Sobre esse assunto, o Sr. Gabriel da Fonseca Dizner diz que o Sr. Gustavo Zortéa da Silva chama a atenção para o fato de que as informações constantes no repositório apenas fazem referência ao país de que se está falando, porém não se identifica a que relatório específico essas informações remetem. No entanto, o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, assegura que esse parecer já vem sendo utilizado desde 2020 com razoável segurança.

Dando seguimento à pauta, o **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

Com a palavra, o **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**, faz um breve agradecimento ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e cumprimenta os membros presentes. Diz que não houve propriamente uma discussão do mérito dos casos, mas, de um procedimento que vem sendo adotado nos pareceres de elegibilidade, o qual foi identificado e os casos indicados por e-mail, onde é feita uma referência, por meio de um link ao parecer que está subsidiando a análise de credibilidade externa. Ele explica que esse link remete à página relacionada ao país no site do ECOI e não propriamente ao relatório específico que está subsidiando aquele entendimento do Conare. Diz, que, embora compreenda a necessidade de simplificação, entende

que do ponto de vista do solicitante, até mesmo do devido processo legal e da publicização das razões de decidir do Conare, pode ser um problema. Explica que os solicitantes de refúgio podem não ter acesso, por exemplo, à Defensoria Pública ou às entidades da sociedade civil, então, eventualmente, terão que agir por conta própria se quiserem recorrer. Coloca, ainda, que para isso precisariam ter muito claro quais são as razões de decidir do Conare e que esse procedimento de remeter genericamente ao site do ECOI lhes parece que não se está observando a exposição das razões de decidir do Conare, pois é como se remetesse o solicitante de refúgio a um site genérico e o deixasse procurar os motivos que foram invocados para indeferir o seu caso. Ele deixou como sugestão que façam uma referência, podendo até colocar o link para remeter ao parecer que está subsidiando as razões de decidir do Conare, pois, do contrário, o solicitante de refúgio não saberá o motivo pelo qual está sendo indeferido o seu pedido. Considera problemático, também, a questão dos links que estão abrigados no *Sharepoint* da Coordenação-Geral, onde estão os repositórios de EPO, pois o acesso é limitado às organizações, sendo assim, o solicitante de refúgio, sem assistência jurídica, que recebe a notificação de indeferimento do seu pedido de refúgio não terá como acessar este *Sharepoint* da Coordenação-Geral onde estão as informações que subsidiaram o indeferimento de seu pedido. Sugere que seja feita uma referência, mesmo que via link, ao relatório específico que está motivando o indeferimento do pedido de refúgio. O Sr. Gustavo Zortéa da Silva salienta que esse não é um problema só de forma ou um problema superficial, mas um problema de devido processo legal, pois não há, na prática, acesso ao fundamento específico que está motivando o indeferimento do pedido de refúgio. Reforça que, caso o solicitante de refúgio esteja sendo assistido pela Defensoria Pública, seja possível contornar essa situação, mas que essas pessoas que estão colocadas no Brasil inteiro sem acesso a alguma assistência jurídica não irão saber o que estão invocando para motivar o indeferimento e nem saberão como irão recorrer dessa decisão. Finaliza com a sugestão de que seja especificado qual parecer está sendo utilizado para motivar o indeferimento no exame da credibilidade externa. Por fim, faz um agradecimento ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner pela palavra.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** concorda com o Sr. Gustavo Zortéa da Silva, e diz achar que realmente existe uma oportunidade para melhorarem essa descrição mesmo nos pareceres mais simplificados que são utilizados para dar uma maior agilidade aos processos. Já com relação à questão do *Sharepoint*, coloca que pelo fato de ser um repositório de uso da Coordenação-Geral, a melhor opção seria não disponibilizar o link para o repositório completo e colocar no parecer as informações que forem relevantes para que, quem for olhar, ler e tentar coletar subsídios para a defesa, possa ter acesso àquilo que foi efetivamente registrado, mas não confundir pela impossibilidade de acessar esse repositório.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, passa a palavra para a coordenadora de elegibilidade, Sra. Amarilis Busch Tavares, para que ela possa se apresentar, pois ela não teve essa oportunidade e ressalta que ela irá comentar esse ponto.

A **Sra. Amarilis Busch Tavares**, faz um breve agradecimento ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e aos demais membros. Diz que realmente não teve a oportunidade de se apresentar desde seu início, no começo de novembro, quando assumiu de maneira interina a Coordenação de Elegibilidade, que ainda está em processo de aprendizagem e espera contar com o apoio dos demais membros durante esse percurso inicial. Trazendo, então, breves informações sobre si, diz que é servidora da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, estando no Departamento de Migrações desde maio de 2021, na assessoria da diretoria, e, a partir de maio de 2022, na CG-Conare. Ela pontua que possui bastante interesse no tema refúgio e cita que é apaixonada pelo tema que é seu objeto de estudo em um doutorado onde investiga o fluxo venezuelano. Ela ressalta que é um prazer estar com os membros da corte e aprender com essa experiência.

Em relação aos apontamentos feitos pelo Sr. Gustavo Zortéa da Silva, a **Sra. Amarilis Busch Tavares** diz que o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner já teve a oportunidade de esclarecer e que concorda se tratar de uma oportunidade de aperfeiçoar as justificativas que constam em cada um dos pareceres. Em relação ao primeiro caso, expõe que estão analisando situações em que não há razão que justifique o pedido de refúgio. Sobre o que foi trazido anteriormente acerca da utilização nos pareceres de um link para um site mais genérico, ela sugere como solução que não fiquem focados tanto na questão de credibilidade externa e que, caso o problema seja esse, é possível trazer informações específicas e fazer referências a links que remetam a esse país. Reforça que se não houver realmente razão que justifique o refúgio, por

exemplo, pedidos que são claramente por razões econômicas, é necessário justificar a não existência do fundado temor de perseguição e não a situação do país em si. Retomando a questão da utilização do link para o *Sharepoint*, ela explica que o EPO geralmente é bastante extenso e que trata de várias dimensões que podem ser analisadas sobre o país. Cita que são utilizados excertos desse EPO mais completo para justificar uma determinada decisão e acredita não fazer sentido a inclusão do link do *Sharepoint* nesse caso porque as partes que são extraídas e que justificam a decisão estão logo abaixo da extração onde constam todas as referências bibliográficas, já existindo dentro do parecer o link para as referências que foram utilizadas para essa decisão. Argumenta que ao retirar o link do *SharePoint*, que realmente é um link que as pessoas não têm acesso, conseguirão sanear esse problema em relação ao ponto trazido. Por fim, se coloca à disposição dos membros dizendo que tem um processo curto até o final do ano e que há ideias de planejamento que serão comentadas pelo Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner ao final. Faz breves agradecimentos a todos os membros.

O Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, agradece a Sra. Amarilis Busch Tavares e diz que esse assunto será encaminhado para o próximo ano para que façam a revisão e adaptação. Não havendo mais comentários sobre esse ponto, o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, inicia o terceiro item, o qual aborda a questão das condições atuais que possibilitam o reconhecimento em bloco com cruzamento de dados. Cita que, desde que o STI-MAR parou de operar com a parte de refúgio, já vinham trabalhando e se concentrando cada vez mais nos dados disponíveis no Sisconare para que eles tenham maior acurácia e rapidez nas consultas e extração de dados para cruzamentos e pesquisas e que isso já vem sendo planejado. Diz, também, que ainda precisam ser feitos alguns testes, algumas verificações, mas acredita que seja possível, futuramente, que voltem a ser feitos os reconhecimentos da condição de refugiado para algumas nacionalidades que tenham a grave e generalizada violação de direitos humanos (GGVDH) reconhecida pelo Comitê. O Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, diz que passará a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, chefe da Divisão de Soluções Duradouras, que é quem trabalha com o Sisconare na Coordenação-Geral, sendo especialista, e que poderá dar informações muito mais detalhadas sobre esse processo.

A Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, agradece o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e segue dizendo que esse é um tema estudado e analisado desde que passaram a atualizar as informações sobre as decisões dos processos dentro do Sisconare e isso se tornou uma possibilidade concreta, pois o Sisconare dá os insumos dos dados obtidos para que rode os famosos “planilhões” de reconhecimento em lote, que contém milhares de processos. Ela explica que por meio do Sisconare é possível gerar relatórios gerenciais para a Coordenação-Geral citando como exemplo um relatório de todas as pessoas venezuelanas que possuem uma cópia do documento de identificação no processo, o que facilita para que seja feito o reconhecimento em bloco. Afirma que o assunto tem sido conversado com o Acnur, com o Sr. Diego Souza Merigheti e com a Sra. Silvia Sander, que ofereceram apoio técnico no que for necessário, porém não conseguiram finalizar isso para a última plenária deste ano. Explica que a razão pela qual decidiram fazer essa plenária no final do ano é que existe uma determinação legal de que não se passe mais de 2 (dois) meses sem realizar a reunião. Logo, ela afirma que acharam que foi mais seguro e confortável para a continuidade dos trabalhos que fosse feita 1 (uma) plenária nesse mês com casos mais simples e focada principalmente em reconhecimentos para que seja feita uma transição mais tranquila, caso contrário, teria que ser feita em janeiro e talvez ainda não tenham a equipe consolidada. Diz que não conseguiram, por motivos técnicos, principalmente, fechar a lista, pois além de ter o documento, a pessoa precisa estar no Brasil, e que estão sendo feitas diligências para saber se não foi recebida uma autorização de residência ou alguma questão que envolva uma cláusula de exclusão e que, embora todas as informações estejam contidas no Sisconare, algumas delas estão apenas nos sistemas da Polícia Federal. Afirma que existem algumas reuniões marcadas com a Polícia Federal e que irão desenhar o fluxo e a ideia principal é deixar tudo preparado para que o novo governo e as pessoas que vão ficar na Coordenação-Geral cheguem e conheçam a situação. Ela diz que é uma coisa boa a se fazer, pois as pessoas precisam que seus processos sejam resolvidos e que já vai estar pronto logo no começo do ano. Deixa claro que se tudo correr bem, conseguem fazer, quem sabe, na primeira plenária do ano que vem já tendo essa informação. Afirma que existem algumas pendências técnicas que podem terminar atrasando isso, contudo, já estão trabalhando para que seja feito assim tendo essa e várias outras ações mais em lote pelo Sisconare. Comenta que talvez a Sra. Amarilis Busch Tavares queira falar sobre o assunto e que estão tentando fazer um planejamento, principalmente focado nos casos de GGVDH que irão fazer a

partir do ano que vem. Coloca que hoje eles têm condições técnicas de fazer uma verificação de requisitos para a priorização de casos, citando, por exemplo, que é possível verificar os processos pendentes de países que tem GGVDH e, na plenária seguinte, já estar com todos analisados. Porém, tudo isso demanda planejamento e diz que estão bastante focados nisso. Explica que a Sra. Amarilis Busch Tavares é uma pessoa que tem experiência em gestão de grandes equipes e fluxo de processos. Coloca que é preciso levar em consideração que estão em um período de transição e trabalhando com uma equipe bastante reduzida, sendo que praticamente em todos os cargos de gestão da Coordenação-Geral, tanto o coordenador-geral como demais coordenadores são substitutos, sendo ela a única efetiva no cargo, o que deixa a situação da Coordenação-Geral um pouco mais fragilizada. Além de servidores em cargos de gestão, nos últimos 6 meses a Coordenação-Geral perdeu cerca de 15 servidores qualificados que não só analisavam processos de elegibilidade, como coordenavam a parte de EPO e de gestão e elaboração das atas e esse trabalho teve que ser absorvido pelos demais. Diz que na próxima plenária espera que já tenham informações mais concretas e consigam dar continuidade a todas essas possibilidades que o Sisconare agora fornece. Finaliza agradecendo todas as contribuições e sugestões, pois esse é um tema que já estava sendo analisado e que estão finalizando a parte técnica e também de gestão. Termina agradecendo o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner pela fala.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e diz que está nesse período interinamente, mas com bastante otimismo para o próximo ano, para que possam dar prosseguimento a essas atividades. Fala sobre uma oferta que chegou do Acnur de apoio técnico para o processamento desses casos de GGVDH. Ressalta que a equipe do Acnur está sempre muito atenta e cooperativa, e que será muito valiosa essa cooperação quando prosseguirem com essas tratativas. Por fim, o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, deixa um breve agradecimento em nome da Coordenação-Geral à equipe do Acnur e passa a palavra para a Sra. Amarilis Busch Tavares, pois a mesma levantou a mão.

A **Sra. Amarilis Busch Tavares** inicia sua fala dizendo que a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros ressaltou bem os desafios para as atividades do próximo ano e cita que nesse momento de transição é bastante importante, principalmente a partir de janeiro, que coloquem de maneira clara e fundamentada esses desafios, em especial a recomposição da equipe na ausência de um plano de gestão que permita que as funções sejam desempenhadas de maneira híbrida ou remota, tendo sido essa uma das razões da saída dos servidores da CG-Conare. Diz que é uma responsabilidade da equipe sinalizar para a nova diretoria, secretaria e coordenação-geral que irão assumir as ideias de priorização de processos e de fluxos a partir do próximo ano. Ressalta que a ideia é que possam deixar já preparado um fluxo para todos os casos ou situações que consideram importantes que sejam analisados nas 10 (dez) ou 11 (onze) plenárias que acontecerão no próximo ano. Diz que assim como colocaram a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, que sejam analisados todos os casos de GGVDH aproveitando a possibilidade de tratamento em bloco, sendo ela uma estratégia de análise que leva a uma maior celeridade processual. Ressalta que o objetivo é zerar o passivo de GGVDH, distribuir esses casos ao longo do primeiro semestre e que entrem em fluxo em relação aos casos de GGVDH. Complementa que, como foi colocado pela Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, que caso zerassem determinada nacionalidade, citando como exemplo a Venezuela ou o Iraque, irá chegar um momento em que conseguirão tratar em fluxo tendo maior tempo para se debruçarem sobre os casos mais complexos e que demandam uma análise mais detida e com mais etapas. Ressalta que a ideia é oferecer esse planejamento à nova gestão como sugestão do que entendem ser importante ser feito e que, obviamente, isso irá ser analisado e considerado pela nova gestão, e, caso queiram, terão esses caminhos indicados. Cita que acha ser importante deixar isso registrado, não só o que esperam em termos de análise e de estabelecimento de prioridades, mas os fluxos, os processos e os resultados que alcançaram. Por fim, finaliza sua fala citando ter achado que foi bastante importante a última reunião, em que apresentaram resultados, sendo interessante que consigam oferecer soluções para quem for chegar.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, prossegue para o próximo ponto da pauta e coloca que são temas diversos, onde terão alguns informes gerais e comentários sobre temas mais amplos. Ressalta que inicialmente quer fazer um *report* sobre a força-tarefa com indígenas da etnia Warao, citando que foram várias as ações realizadas ao longo de 2022. Em seguida, diz que gostaria de passar a palavra para a Sra.

Clarissa Araújo Teixeira do Carmo, chefe do Núcleo Regional da CG-Conare na cidade do Rio de Janeiro, e depois passará a palavra para o Sr. Osorio Vilela Filho.

O **Sr. Osorio Vilela Filho** se manifesta alegando que a ordem vai ser o oposto. Ele cumprimenta os colegas e inicia sua fala dizendo que o assunto já havia sido tratado em alguma reunião anterior. Coloca que, nos últimos anos, houve a identificação de um número considerável de pessoas indígenas que vêm da Venezuela para o Brasil. Essas pessoas costumam ter alguma dificuldade para acessar a renovação de protocolo, pois nem sempre estão em lugares centrais das cidades e muitas são idosas, com dificuldade de locomoção e para acessar os sistemas, dentre outras, e diz que diante da identificação desses desafios houve uma sensibilização e mobilização para executar algumas ações em conjunto com parceiros. Seguindo, ele diz que existem alguns estudos recentes que dão conta de que aproximadamente 5.800 indígenas venezuelanos se encontram no Brasil, sendo que a maioria das pessoas que vem da Venezuela se concentram na região norte, já os indígenas Warao estão em todas as unidades federativas brasileiras, motivo pelo qual as ações foram direcionadas para essa etnia, ainda que tenha sido feito um atendimento de pessoa de outra etnia quando estiveram em Roraima. Identificada essa necessidade, viram que em outros estudos aproximadamente 1/4 das pessoas Warao que estão no Brasil são indocumentadas, o que representa aproximadamente 460 pessoas. Comenta que decidiram fazer uma missão específica com esse público, que de início atingiria as pessoas indocumentadas, pois necessitam de entrevista para terem parecer de elegibilidade elaborado pelo Conare. Ressalta que fizeram uma parceria inicial com o Acnur que depois se estendeu para outras entidades como a OIM, DPU, defensorias públicas dos estados e do Distrito Federal, IMDH, a Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, da qual irá falar mais adiante, além de outras entidades, tendo sido feitos estudos com aporte considerável do Acnur sobre aspectos culturais e modo de vida na Venezuela com o objetivo principal de entender porque essas pessoas vieram da Venezuela, pois essa era a condição para que parecer simplificado fosse elaborado, já que a Venezuela tem um procedimento simplificado por causa da GGVDH. Completa que, atualmente, 4 pessoas da Coordenação-Geral do Conare foram capacitadas para essas missões, sendo eles a Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo, o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, o Sr. Matheus da Silva Ribeiro e ele próprio e assim começaram a fazer essas missões localmente, virtualmente, ou quando chegam pessoas para fazerem triagem. Relata que a primeira missão foi em dezembro de 2020, em Pacaraima e Boa vista, depois houve 1 (uma) em Belém, em dezembro de 2021, tendo a inovação de um preenchimento anterior de formulário elaborado pelo Setor de Agendamento da Coordenação de Elegibilidade, essa que foi uma inovação muito importante para favorecer a triagem. Continuando, diz que em 2022, no mês passado, tiveram uma visita técnica *in loco*, de uma parceria com a organização da sociedade civil Fundação Parque Tecnológico da Paraíba, sendo esse um dos projetos vencedores do edital de 2020 da Senajus. Essa parceria é para atuação especialmente com pessoas Warao que estão no estado da Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Cita que ele e a Sra. Clarissa Araújo Teixeira do Carmo foram lá no mês passado para fazerem uma gestão dessa parceria e identificar pessoas que precisavam de triagem e de andamento nos processos de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado.

Ainda falando sobre as parcerias realizadas, **Sr. Osorio Vilela Filho** fala sobre a parceria com o IMDH, da Irmã Rosita Milesi, presente nessa reunião, que enviou alguns nomes de pessoas Warao que estão no Distrito Federal e que possuem documentos identificados para que possam prosseguir com os processos e ressalta que ao final de sua breve fala, passará os números do que foi falado. Complementa que existe outra força tarefa, mais permanente, da Sra. Clarissa Araújo Teixeira do Carmo com o município de Nova Iguaçu, além do curso de educação financeira, que possui um público mais amplo e também atende à população indígena, mas coloca que a Sra. Clarissa Araújo Teixeira do Carmo irá falar melhor sobre esse assunto. Cita que a questão documental sempre foi um desafio que identificaram, principalmente, no início, onde tinham uma forma diferente de pedir o documento dessas pessoas, sendo elas identificadas inicialmente como indocumentadas, mas que durante as missões perceberam que na verdade elas tinham documentos, o que facilitava o processo e esses foram um dos desafios iniciais que foram sendo superados ao longo desses últimos anos. Diz, ainda, que junto da Sra. Clarissa Araújo Teixeira do Carmo representam atualmente o Ministério da Justiça e Segurança Pública, pela CG-Conare, como membros, no grupo de discussão indígena do Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, do Comitê Federal de Assistência Emergencial onde discutem ações com a população indígena de imigrantes, principalmente a Venezuelana, estando o Ministério da Justiça e Segurança Pública com 7 (sete) ações nesse grupo de discussão indígena.

Dito isso, o **Sr. Osorio Vilela Filho** cita os números da missão em Roraima, em dezembro de 2020, onde 68 (sessenta e oito) pessoas foram entrevistadas, 35 (trinta e cinco) pessoas foram identificadas com documento e dispensadas da entrevista e 87 (oitenta e sete) processos de extensão da condição de refugiado, tendo todas sido reconhecidas. Em Belém, em razão do formulário feito pelo Setor de Agendamento, 279 (duzentos e setenta e nove) processos foram triados, ou seja, tiveram andamento seja por diligência, entrevista ou parecer simplificado, 27 (vinte e sete) pessoas foram entrevistadas, 19 (dezenove) presencialmente e 8 (oito) virtualmente, sendo essas as primeiras pessoas virtualmente entrevistadas, o que também representou uma inovação, 55 (cinquenta e cinco) pareceres simplificados de GGVDH, 35 (trinta e cinco) extensões e 86 (oitenta e seis) diligências. Em Nova Iguaçu e no Rio de Janeiro, foram 34 (trinta e quatro) processos triados e reconhecidos, 18 (dezoito) individuais e 16 (dezesesseis) de extensão e também 7 (sete) crianças Warao brasileiras, ou seja, já existem indígenas Warao nascidos no Brasil. Diz que na última missão, realizada no mês passado, no nordeste, foram triados 206 (duzentos e seis) processos e ainda aguardam 350 (trezentos e cinquenta) de João Pessoa que vão chegar pela parceria, dos quais 44 (quarenta e quatro) foram pareceres de GGVDH que estão para análise nessa reunião do Conare, isto é, acabaram de ser reconhecidos e as extensões serão analisadas a partir dessa decisão de hoje e outros procedimentos também. Ressalta que seu último caso é o do IMDH, enviado pela Irmã Rosita, que foi colocado nessa reunião e, portanto, reconhecido. Destaca que já foram reconhecidos 28 (vinte e oito) processos e a partir disso, vão ser feitas as extensões e outras diligências necessárias junto com o IMDH que enviou no total 67 (sessenta e sete) processos, número maior que o da lista original, pois foram acrescentados os processos relacionados. Complementa que o número total de tudo o que foi falado é de 776 (setecentos e setenta e seis) processos, desde 2020, sem contar os 350 (trezentos e cinquenta) que vão chegar, representando um total de aproximadamente 1/3 de todos os processos de solicitação de refúgio de indígenas Warao que estão no Brasil. Duas últimas observações realizadas é de que esses números são referentes às forças-tarefas e às missões feitas, e que outros indígenas Warao tiveram os processos reconhecidos pelos procedimentos normais da CG-Conare e, a última observação, é de que das pessoas atendidas ou triadas só 1 (uma) não era Warao, apesar da missão ser aberta a todos os povos indígenas que vieram da Venezuela. Ele agradece pela palavra e passa para a Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo e ressalta que fica aberto a comentários e dúvidas.

A **Sra. Clarissa Teixeira Araújo do Carmo** inicia agradecendo a todos os membros, principalmente ao Sr. Osorio Vilela Filho e ressalta a importância de falarem que essa força-tarefa se soma a outras ações que tem sido feitas na Coordenação-Geral do Conare. Inicialmente, foi pensada uma força-tarefa especificamente de elegibilidade para pessoas indocumentadas e a partir dessa primeira experiência em 2020, relatada pelo Sr. Osorio Vilela Filho, perceberam que haviam muitas pessoas que teriam documento e, sendo assim, poderiam passar pelo procedimento acelerado e pela sensibilização, trazida pelo Sr. Osorio Vilela Filho. Foram, então, incorporadas outras tarefas a essas missões dando como exemplo a missão para o Nordeste que inicialmente era de monitoramento de um convênio, mas onde aconteceram triagens e entrevistas com as pessoas indígenas que lá estavam e que acabou se tornando parte das ações. Continuando, fala sobre o curso de educação financeira, que é um curso que vem de uma parceria com o Banco Central do Brasil, em que foram capacitados para serem multiplicadores de conhecimento, sendo o conteúdo do Banco Central. Esse curso começou em 2021, de maneira on-line, em razão da pandemia, mas passou por uma reformulação do curso para que pudesse existir de forma presencial. Para surpresa de todos, a primeira edição do curso presencial foi para 2 (dois) abrigos participantes que estavam acolhidos em 2 (dois) abrigos indígenas na cidade de Manaus. Ressalta que o desafio do curso não foi só reformular sua metodologia e a sua didática para que ele pudesse existir de forma presencial, mas adaptar o conteúdo e a forma como esse conteúdo é passado para os participantes da população indígena. Diz que nessa edição de maio, aproveitaram um convite de uma participação em um workshop de boas práticas no atendimento à população indígena organizado no âmbito do JEDIM, que é o grupo de discussão indígena do Subcomitê Federal, para somarem essa ação de educação financeira para esses 2 (dois) abrigos, Tarumã-Açu 1 e 2, no município de Manaus, que contou com 41 (quarenta e um) participantes. Cita que a segunda edição do curso de educação financeira presencial foi uma parceria com a OIM em Boa Vista, Roraima, e foi realizado em julho, contando com 131 (cento e trinta e um) participantes e que uma turma foi especificamente indígena que já participa das atividades do centro cultural de formação indígena de Boa Vista. Nessa ocasião, foram 40 (quarenta) participantes indígenas desse total de 131 (cento e trinta e um). Comenta que se tem tentado olhar para esse atendimento à

população indígena de forma ampla e Integral, passando pela questão da documentação, mas também indo para ações que envolvem outros parceiros locais e ações de integração. Diz acreditar que o município de Nova Iguaçu é um bom piloto para passar para os membros o que tem acontecido. Ressalta que inicialmente começaram a participar com a questão documental, fazendo a triagem dos processos, entrevistando, se fosse necessário, as pessoas adultas que não tivessem documentos da Venezuela, mas a partir desse ponto, a própria ação de documentação se ampliou. Diz que entenderam que não bastaria, não sendo no sentido valorativo, apenas garantir o reconhecimento ou uma decisão final nos processos dos adultos e das crianças, mas que uma ação a mais seria necessária, que é uma pré-documentação, necessária na hora de solicitar o CRNM junto à Polícia Federal. Relata que fizeram duas missões no pós-decisão do Conare, em parceria com a Cáritas do Rio de Janeiro, em que fizeram a preparação desses documentos e conversaram com a Polícia Federal de Nova Iguaçu para que ocorressem alguns ajustes ou algum agendamento pudesse ser feito de forma separada por grupo, haja vista as especificidades, pois algumas pessoas tinham questões de alteração de nome que eram necessárias. Esses atores ainda hoje continuam trabalhando como articuladores de uma rede que se formou inicialmente no WhatsApp, a pedido de um CRAI e de um CREAS, não tendo sido da Secretaria Municipal de Assistência Social, para que os atores do município e do entorno do Estado do Rio de Janeiro colaborassem no primeiro entendimento de quem é esse grupo, quais são as suas necessidades e depois na prestação de serviço. Complementa que hoje já fizeram uma parceria com a Defensoria Pública do Estado, para questão de documentação e que esses processos de reconhecimento com base no exame de material genético foram sendo decididos pelo Comitê ao longo do ano e evoluíram com eles para uma ação de inserção produtiva e laboral que pretendem desenhar. Ressalta que o município de Nova Iguaçu foi recentemente contemplado com uma verba emergencial do Ministério da Cidadania que é pensada para ações emergenciais com a população venezuelana em razão da crise humanitária. Diz que esperam acompanhar de perto a aplicação desse recurso e, na medida do possível, conseguir cada vez mais aumentar a proteção, o acolhimento e a participação junto a esse grupo. Por fim ela finaliza dizendo que fica à disposição para dúvidas, comentários ou sugestões e agradece a escuta.

O Sr. **Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece a Sra. Clarissa Teixeira de Araújo do Carmo e o Sr. Osorio Vilela Filho, pelas informações e parabeniza pelo trabalho espetacular que eles têm feito de atendimento e de orientações para essa população. Diz que têm muito empenho para possibilitar a regularização e o reconhecimento desses solicitantes, entendendo que com isso eles podem se integrar mais rapidamente à sociedade e buscar caminhos para se estabelecerem e darem seguimento às suas vidas. Ressalta que é um trabalho muito importante, muito relevante, os parabenizando mais uma vez. Dando continuidade, passa a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A Sra. **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, inicia sua fala dizendo que gostaria falar sobre o tema, pois, às vezes, recebem muitas críticas de estar focados em grandes volumes de processo, quer seja pelo reconhecimento em bloco, ou pelas forças-tarefa de extinção, arquivamentos, que em seu entendimento são atividades extremamente necessárias quando se tem um volume tão grande de processos e com tantos problemas de instrução, mas que é importante trazer esse tema para demonstrar que não são o único foco de saneamento processual, ressaltando que resolver pendências administrativas e organização de processos não é o único foco, por exemplo, da maioria dos processos de elegibilidade. Reafirma que não é o foco dessa força-tarefa que já estão tratando há mais de 1 (um) ano, se tratando de um trabalho de formiguinha que não impacta, se pensando numericamente, de uma forma tão expressiva, mas impacta a vida de uma população que reconhecem ser bastante vulnerável e que tem mais dificuldade de acesso à internet e aos sistemas digitais do governo federal. Por fim, ela esclarece que queria deixar isso registrado e espera que todos os membros que participam tenham reconhecido os esforços nos últimos tempos e que, apesar de todos os problemas, o Conare tem múltiplos focos e tem tentado avançar em áreas que reconhecem que podem trabalhar mais.

O Sr. **Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece a Sra. Luana Maria G. C. Branco Medeiros e aproveita para avançar para o próximo tópico que trata da situação dos afegãos no Brasil. Cita que estão dando atenção ao tema e complementa que já foi tópico de debate do Comitê em outras ocasiões. Coloca que seria importante passar alguns comentários, pois tem-se as vezes demandas de imprensa, demanda de parlamentares que chegam ao Ministério para falar sobre refúgio, recepção e acolhimento. Ressalta que percebem que não é uma atribuição deles, especificamente, contudo existe um pouco de confusão sobre

a sistemática da chegada dos migrantes do Afeganistão no Brasil e que as pessoas não separam muito bem a questão do visto humanitário e o reconhecimento da condição de refugiado. Diz que já ouviu pessoas falando em visto de refúgio em reuniões especializadas, então, deixa um apelo para que toda as vezes que os membros do Comitê participarem de grupos técnicos e tiverem a oportunidade comentem sobre o assunto esclarecendo qual é o papel de cada envolvido nessa ação, o façam. Cita que o Ministério das Relações Exteriores é o responsável pela emissão dos vistos quando chegam ao Brasil, complementa que alguns já estão tendo apoio da sociedade civil e muitos deles não ficam no Brasil e que já seguem para outras localidades. Diz que eles vêm sendo cobrados, por essa questão da permanência prolongada de migrantes do Afeganistão na área do aeroporto de Guarulhos e por isso nunca é demais dizer que a responsabilidade do Conare, uma vez que a pessoa tenha solicitado o refúgio, é analisar esses pedidos e participar da articulação com toda a rede. Cita que ele vem participando de algumas reuniões de grupos técnicos, inclusive com o Ministério Público Federal que fez uma reunião que ele considera muito produtiva porque chamou os secretários de assistência social de todos os estados da federação, é perceptível um empenho muito grande por parte do Ministério da Cidadania em prestar todo o apoio necessário e em articular para que a situação seja resolvida. Complementa que participou de uma reunião com a Secretaria de Aviação Civil que manifestou a preocupação reportada pela GRU Airports de que existem riscos para permanência prolongada dessas pessoas nas áreas de acesso e de trânsito de pessoas no aeroporto, inclusive com a chegada do final do ano onde o trânsito de pessoas aumenta em razão das festas de final de ano. Esclarece que estão acompanhando e fazendo tudo que está ao alcance e que muitas vezes existe uma cobrança por conta do refúgio, especificamente, mas que existem questões que estão além da competência. Ele explica que referente ao refúgio existem atualmente 250 (duzentos e cinquenta) afegãos reconhecidos como refugiados e 680 (seiscentos e oitenta) processos na base do Sisconare aguardando a análise, sendo que 650 (seiscentos e cinquenta) foram feitos agora em 2022 e que o volume aumentou bastante. Diz que olhando no sistema, ele conseguiu extrair 180 (cento e oitenta) solicitações que foram iniciadas, mas ainda não foram concluídas, ou seja, a pessoa preencheu o formulário, mas ainda não fez a validação na Polícia Federal. Ressalta que o comentário seria muito nessa linha de que a Coordenação-Geral acompanha com muita atenção essa questão e se articula com outros órgãos, participa de reunião, mas que isso é uma responsabilidade compartilhada e que contam com o apoio dos outros órgãos envolvidos, da sociedade civil e de todos os atores que tiverem a contribuir com ideias criativas e implementação de políticas que sejam efetivas, que possam ser replicadas para outras situações, que haja efetivamente acolhida para esses migrantes que chegam ao Brasil e que estão aqui porque não haveria outra forma de salvar suas vidas. Complementa que nem todos que chegam aqui acabam pedindo o refúgio propriamente dito, então, a via de regularização migratória, as vezes é pela autorização de residência. Por fim, ele indaga se alguém gostaria de comentar sobre o assunto. Por fim, diz que está à disposição e coloca à disposição todos os recursos que tiverem para ajudar nessa situação.

Após sua fala, o **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** passa a palavra para o Sr. Oscar Sanchez Pineiro que havia levantado a mão.

O **Sr. Oscar Sanchez Pineiro**, cumprimenta o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e diz que estão coordenando, com a Prefeitura de São Paulo, uma proposta para uma assistência humanitária fora do aeroporto. Já foi aberto 1 (um) abrigo e vagas em 2 (dois) abrigos e estão a coordenar com a bancada em São Paulo o orçamento para a manutenção dos abrigos. Ressalta que o trabalho está indo bem e que estão focando em uma política pública de acolhimentos, que diz ser importante, mas que por agora ele entende que precisam de uma pausa para o governo de transição, para ver qual seria situação das políticas públicas a nível federal que possam ser articuladas depois para o governo local. Ele parabeniza a todos os membros presentes, pois o Brasil é um dos poucos países no mundo, se não é o único, a conceder visto para os refugiados afegãos, onde é possível ver por meio dos noticiários que tem enfrentado uma situação complicada, assim como o Irã e o Paquistão. Novamente parabeniza todos os membros presentes por manter este visto, fortalecer os sistemas de assistência humanitária e de proteção efetiva através das políticas públicas.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece o Sr. Oscar Sanchez Pineiro, por seus comentários, e gostaria de fazer um registro de que a Coordenação-Geral tem participado do tema de forma concreta. Recentemente, as chefes dos escritórios de São Paulo e Campinas visitaram abrigos no interior do estado, em Morungaba e Jundiá, e também a equipe do Núcleo Regional de São Paulo, a Sra. Yara Mitsue Yguchi

acompanhou a visita da Comissão Mista de Imigração e Refúgio do Senado Federal e mantém contato com a assessoria da presidência da Comissão. Por fim, passa a palavra para o Sr. Gustavo Zortéa da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortéa da Silva**, agradece o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e diz que entende toda a dificuldade do Conare em tomar frente desse tema dos afegãos. Contudo, ressalta que o Conare tem sua competência prevista em lei relacionada à assistência e apoio jurídico aos refugiados, como previsto na Lei 9.474, de 22 de julho de 1997, “orientar e coordenar as ações necessárias à eficácia da proteção, assistência e apoio jurídico aos refugiados” sendo, de certo modo um órgão chave para solucionar todos esses problemas que se tem enfrentado em relação aos afegãos. Entende que estão em um processo de transição e essa composição e que não sabem ainda o que virá no próximo governo, mas deixa sua sugestão para pautarem para a transição a importância que o Conare tem de coordenar e orientar as ações, inclusive para essas questões do aeroporto de Guarulhos. Complementa achar que todos tem essa convicção de que o Conare é um elemento chave nisso e isso é importante que seja transmitido à nova gestão, não no sentido de que o Conare vai ser caudatário de arranjos que vão ser feitos pela sociedade civil ou programa de organismos internacionais, sendo o Conare central nisso tudo, tendo que manter essa centralidade do exercício dessas políticas para auxiliar nesses problemas que se tem enfrentado em relação aos afegãos. Finaliza dizendo que essa é sua contribuição para que isso seja de certo modo anunciado como uma sugestão para a transição que virá e que o novo governo tenha a disposição de enfrentar, considerando o caráter chave do Conare no tema. Complementa agradecendo ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, pela palavra.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece ao Sr. Gustavo Zortea da Silva e passa a palavra para o Ministério da Saúde.

A **Sra. Cristina Vieira Machado Alexandre** se apresenta como chefe da Assessoria de Assuntos Internacionais do Ministério da Saúde e dá as boas-vindas ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e diz que queria aproveitar que estão nesse ponto da pauta, pois a mesma entende que já estão bastante avançados no horário, mas não deixa de lembrar o componente de saúde nessa questão da chegada dos afegãos ao Brasil. Complementa que estiveram em interlocução constante com o Conare, com o Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Cidadania desde a Portaria Interministerial nº 24, de 3 de setembro de 2021 e que há uma preocupação por conta do risco da reintrodução da poliomielite no Brasil. Complementa que o Brasil é um país com certificado como eliminado de pólio pela Opas desde 1994 e que o último caso registrado no Brasil foi em 1989, mas que há o risco de reintrodução na região das Américas e que o assunto foi alvo de discussão durante a última Conferência Panamericana, em julho passado, e vem sendo alvo de esforços ativos do Ministério da saúde, em coordenação com seus colegas do Ministério das relações Exteriores. Ressalta que o que tiveram desde o final do ano passado foi uma nota informativa que reforça a importância na vacinação desses cidadãos na entrada do Brasil, mas também um exercício de comunicação mais exato por conta dos rumores e de, alguma forma, toda essa preocupação com a reintrodução da pólio pode acabar gerando algum tratamento desmerecedor desses cidadão que de origem Afegã no Brasil. Diz que tiveram cuidado para tratar isso de uma forma técnica muito precisa, especialmente atenta à sensibilidade política que poderia haver em função dessa questão de refúgio. Diz que para fins de recapitulação, informa para os presentes membros que houve essa nota informativa reforçando as necessidades de vacinação e que mais recentemente houve um comunicado de risco em julho passado da Coordenação-Geral do Programa Nacional de Imunizações destinada a todas às secretarias estaduais reforçando a importância das atividades de vacinação, mas também do controle dos casos de PFA que é um dos sintomas da pólio. A Sra. Cristina Vieira Machado Alexandre resume que a ideia é mostrar que é uma pauta que traz essa preocupação específica e que a Saúde gostaria de estar envolvida nas discussões e também reconhecendo essa centralidade da contribuição que o Conare traz na atuação desse dossiê. Por fim ela agradece ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e deseja um bom dia a todos.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece a Sra. Cristina Vieira Machado Alexandre, pelas informações e comentários. Ressalta que a equipe de transição já deve ter sido informada dessa questão pelos órgãos que compõem esse Comitê. Complementa que irão procurar manter esse tema em pauta para dar encaminhamento e que não é possível que as pessoas permaneçam se aglomerando no aeroporto e que não é esse tipo de acolhimento que querem dar e que estão fazendo sua parte de conceder os vistos e uma rota de fuga para essas populações ameaçadas, não sendo admissível que coisas

como essa aconteçam, pois estão vulneráveis e com risco de infecção por algumas doenças. Diz que recentemente soube que foram todos testados para o Covid e que o Ministério da saúde e a Anvisa estão bem atuantes no aeroporto, onde cada um está fazendo sua parte. Diz que seu apelo apenas seria para os membros do Conare, aqueles que tem interlocução com as autoridades nos seus respectivos ministérios para que mantenha esse tema pautado para dar apoio na execuções de ações que possam mitigar os riscos para essa população e apresentar soluções para esse tema e a instituição de uma política de recepção, acolhimento, enfim uma política migratória que contemple soluções para situações de crise como essa, onde um grande fluxo de pessoas de determinadas nacionalidades, no caso, do Afeganistão é a que estão testemunhando neste momento, mas é bem possível que no futuro tenham outras situações semelhantes e que precisam estar preparados. Por fim, ele indaga que caso não haja ninguém que queira manifestar sobre esse assunto, e sendo assim poderão comentar sobre o novo manual do Sisconare, desenvolvido pela equipe da Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros, que está em vias de ser disponibilizado para os solicitantes de refúgio no web site. Complementa que gostaria que a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco comente sobre esse trabalho.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco** cumprimenta a todos novamente e diz que depois das últimas mudanças no Sisconare que ocorreram no segundo semestre, vieram trabalhando nas atualizações dos manuais que estavam um pouco ultrapassados e que focaram primeiro no manual do solicitante, por razões mais claras. Complementa que irá compartilhar com os demais membros, a sua tela, pois diz que já colocaram no site e diz que só irá mostrar onde está. Apresenta o site do refúgio dentro do Gov.br e ressalta que logo após a reunião irão disponibilizar para todos os membros e compartilhar o manual com as organizações da sociedade civil e instituições em geral que trabalhem com refugiados. Coloca que estão conversando com o Acnur para ver a possibilidade de traduzir os manuais para outras línguas, porque eles foram feitos apenas em português e diz que esse é um dos problemas do Sisconare que ainda persiste e que não conseguiram superar, mas ressalta que está em português e acreditam que no primeiro semestre do ano que vem irão conseguir ter versões em pelo menos 3 (três) outras línguas deste manual. Cita que o manual se encontra na primeira página refúgio, em Sisconare e que lá se encontram os manuais, o manual do solicitante e o manual da polícia. No manual do solicitante o objetivo foi ser o mais detalhado possível, mas também colocar links, o manual é todo autorreferenciado, então é possível navegar nele indo e voltando aos temas de interesse principais. A página tem um fluxo geral, por exemplo, “o que o Sisconare?”, “como ver as suas decisões”, “como se cadastrar”, “quais são as informações relevantes”, “como recuperar o e-mail”, “onde ver se seu processo foi decidido”, “quais as informações de sua senha”, “como cadastrar o seu, o seu CPF”. Complementa ser uma coisa bastante operacional, mas acredita que vai ajudar bastante o solicitante navegando pelo sistema, principalmente nessa nova fase onde as decisões do processo se encontram no Sisconare. Diz que irá deixar o link do site no chat para todos. Por fim complementa que era só um aviso rápido, pois logo em seguida já devem disparar todas as redes e pede a colaboração de todos os membros para divulgar. Diz que estão abertos a sugestões, críticas e qualquer outro comentário sobre o material. Finaliza sua fala agradecendo a todos.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco e diz que gostaria de destacar especialmente a redação do manual que procuraram deixar mais clara e a utilização de palavras bem objetivas e diretas para estabelecer um diálogo bem aberto, bem fácil, para o entendimento dos usuários do sistema, pois o processo já é bastante complexo por sua própria natureza. Cita que cada vez que foram revisar o material tiveram a preocupação de colocar palavras mais simples e de fácil entendimento para as pessoas que não dominam muito bem o idioma, apesar de que haverão traduções disponíveis. Por fim, ele apresenta que uma proposta de calendário de reuniões para 2023 para que possam ter mais previsibilidade e que já definiram um calendário, mas que obviamente é tentativo porque a nova gestão pode entender de forma diferente, mas que sempre estarão abertos a fazer adaptações, inclusive da parte dos membros que poderão ter impedimento e que haverá a necessidade de ajustes, mas em princípio, seria definir como rotina a realização das plenárias na terceira quinta-feira do mês. Dessa maneira, haveria tempo hábil para preparar os casos para a pauta e a partir das decisões do Comitê que pudessem, concluir os casos, emitir certidões e notificações dentro do próprio mês da plenária. Conclui que com isso poderiam ganhar em eficiência e agilidade para concluir esses casos, tão logo decididos. Diz que as exceções seriam fevereiro e dezembro. Em fevereiro, seria no dia 09, para cumprir com o artigo 4º do regimento interno, que dispõe que não pode haver mais de 60 (sessenta) dias entre 2 (duas) reuniões e, em dezembro, seria na segunda semana por conta, das festas e recesso,

ressaltando que na semana seguinte, já seria recesso de Natal. Por fim, diz que seriam essas as datas e que inicialmente haviam pensado em não ter reunião em julho, contudo acha que haveria total condição de fazer. Logo seriam 11 (onze) reuniões em 2023. Diz que o calendário será compartilhado com os demais membros, pois caso tenha necessidade de ajustes, eles poderiam fazê-los. Por conseguinte, o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, passa a palavra ao Sr. Oscar Sanchez Pineiro.

O **Sr. Oscar Sanchez Pineiro**, agradece ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner e diz que reconhece o esforço para ter uma reunião regular e que seria de suma importância ter essas reuniões no mínimo a cada mês. Cita que se fosse possível prever algumas reuniões extraordinárias ou pelo menos ter essa possibilidade futura, de ter uma ação extraordinária caso seja necessário, ressaltando que o impacto não é somente psicológico e que as pessoas precisam saber o seu futuro. Diz sobre a importância de manter esse calendário em pauta e verificar a possibilidade de haver essa reunião extraordinária.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece o Sr. Oscar Sanchez Pineiro, pelos comentários e passa a palavra para a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros.

A **Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros** diz que as reuniões extraordinárias tradicionalmente, no Conare, não têm votação de casos, a não ser em casos muito específicos e que podem ser convocadas sempre que surgir a necessidade. Diz que é importante pensar um pouco, pois os casos precisam ser instruídos e trabalhados, uma vez que os casos de refúgio exigem uma análise complexa e que, portanto, seria difícil a realização da reunião com periodicidade inferior a 1 (um) mês, até porque existe o compromisso de envio dos casos com quase 20 (vinte) ou 15 (quinze) dias antes da reunião para que todos os membros consigam analisar e para que tenhamos a condição de discutir e cumprir o dever legal de diligência na análise dos casos. Ela diz entender que precisam ampliar a capacidade de gestão e a capacidade de resolução de casos, mas que sua opinião técnica é que não conseguiriam fazer reuniões para análise de casos em uma periodicidade inferior a 1 (um) mês. Por fim, complementa que sempre que houver uma necessidade de um caso concreto ou um assunto específico, tem certeza de que qualquer um dos membros presentes ou quem estiver à frente da Coordenação-Geral à época, estará disposto a ouvir a proposta e convocar uma reunião extraordinária.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece a Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros e explica ao Sr. Alexandre Rabelo Patury que a Irmã Rosita Milesi pediu a palavra.

A **Irmã Rosita Milesi** saúda os demais membros presentes, e diz que manifesta apreço pela proposta de ver reuniões mensais. Ressalta ser muito oportuno pelo volume de processos existente, pelo volume de trabalho e de processos a serem decididos. Diz que dias atrás comentavam com as outras organizações da sociedade civil sobre a possibilidade de reuniões mensais e que agora ela vê que a pauta já traz essa proposta. Complementa que essa proposta vem em benefício de maior resultado ainda do trabalho do Conare, tendo mais oportunidade de decisões e mais avanços em menos tempo de espera. Por fim, ela agradece a palavra.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** logo em seguida, pergunta ao Sr. André de Carvalho Ramos, se ele iria abordar sobre o tópico da agenda.

O **Sr. André de Carvalho Ramos** cumprimenta os membros e esclarece não ter nada a acrescentar, a não ser dois tópicos. Cita que não tem relação com a pauta e complementa que apesar de nova composição poder alterá-la, há uma sinalização da necessidade de terem, no mínimo, 1 (uma) vez por mês essas plenárias, contudo o mesmo pensa que o ponto dessa pauta não foi encerrado ainda.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** pergunta ao Sr. Alexandre Rabelo Patury se podem prosseguir com esses pontos extraordinários que não estava previsto antes de sua fala ou se gostaria de fazer comentários agora.

O **Sr. Alexandre Rabelo Patury** esclarece ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner que como substituto do secretário e presidente em exercício, gostaria de fazer um fechamento em alguns pontos ao qual fez anotações, e afirma que terá uma breve fala. Conclui que, caso os colegas tiverem coisas a acrescentar, ou se for nessa linha de despedida, ele pede que abra as palavras aos membros, pois ele falará ao final.

De acordo, o **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** passa a palavra ao Sr. André de Carvalho Ramos.

O **Sr. André de Carvalho Ramos** agradece e diz que gostaria de pontuar em primeiro lugar uma pauta do Ministério Público Federal a respeito da manutenção, salvo melhor juízo, da sanção de inabilitação do pedido de refúgio que constou da Portaria nº 678, de 12 de setembro de 2022, esse registro que deve ser reavaliado como uma luta histórica para a preservação da proibição, do rechaço, da vedação do refoulement que é considerado, inclusive pela Corte Interamericana dos Direitos Humanos. O segundo ponto é na linha que o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner acabou de mencionar a respeito das insuficiências da arquitetura institucional que temos ao chamado acolhimento em situações de refúgio em massa e que agora é retratado no caso dos afegãos. Coloca que, como pontuado, amanhã poderá ser outro caso e que, por isso, é preciso que a próxima composição tenha uma atenção, pois o Conare não pode deixar de coordenar, seria quase uma pré-definição de uma operação acolhida, já estabelecendo os seus parâmetros e requisitos de atuação para que não tenham na próxima composição esse tipo de situação de urgência, quase que uma política band-aid. Por fim, ele agradece a convivência e deseja um feliz ano novo, um ótimo 2023 e que tenham nas próximas composições essa estruturação passo a passo de uma política nacional de refúgio que leve em consideração a tradição brasileira de acolhimento e de sempre vedação ao rechaço.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece ao Sr. André de Carvalho Ramos e na sequência passa a palavra ao Sr. Gustavo Zortea da Silva.

O **Sr. Gustavo Zortea da Silva** diz que gostaria de pontuar o tema dos (...) pois é uma preocupação já manifestada na última plenária, de que se possa submeter a julgamento os casos (...), se possível, para o início do ano que vem a fim de que eles possam ter uma solução célere, pois estão falando em de casos de altíssimo perfil e de um risco bastante acentuado. Deixa uma saudação a todos os membros pelo ano que compartilharam e crê que no ano que vem continuarão na mesma toada, colhendo novos frutos e avançando sempre no tema do refúgio. Por fim agradece.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece ao Sr. Gustavo Zortea da Silva e diz que fica feito o registro e que estão cientes da situação desses casos que serão apreciados oportunamente. Em seguida, passa a palavra a Sra. Amarilis Busch Tavares.

A **Sra. Amarilis Busch Tavares** diz gostaria de pontuar a questão do planejamento indo ao encontro da fala do Sr. Gustavo Zortea da Silva, porque estabelecer prioridades e conhecer quais casos querem levar para a plenária no próximo ano deixa o processo muito mais transparente, tendo que observar, além da prioridade por ordem cronológica, de protocolo, também as prioridades estabelecidas por lei. Acredita ser oportuno estabelecer quais as outras prioridades colocar para a análise de processos, pois existem situações que não são as prioridades legais, a ordem cronológica que também podem suscitar priorizações, priorizações de gestão ou outros tipos de priorização que podem ser estabelecidas enquanto colegiado, no caso do Conare, e da CG-Conare. Ressalta ser interessante para que o processo de escolha e priorização de casos seja transparente que os casos mais recentes, a depender do critério utilizado podem ser julgados antes de processos mais antigos, mas é importante que possam traçar o que entendem como prioritário para julgamento. Reforça a importância que esse planejamento que querem deixar como indicação para a nova gestão seja embasado em uma estratégia de priorização definida e clara. Por fim, ela encerra a sua fala desejando um excelente fim de ano para todos e espera que o recomeço dos trabalhos no próximo ano seja bastante produtivo.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece a Sra. Amarilis Busch Tavares e passa a palavra ao Sr. Alexandre Rabelo Patury, na condição de presidente do Comitê.

O **Sr. Alexandre Rabelo Patury** afirma que está presente entre muitos amigos e alguns conhecidos. Diz que gostaria de fazer sua fala final não como diretor do Departamento de Migrações em exercício até o final do ano ou como presidente do Conare substituto até o final do ano, mas apenas como cidadão que gosta do tema, luta por ele e reconhece a questão, inclusive por seu caráter humanitário. Para que não se perca a história, diz que vem falando disso ao longo dos últimos 10 anos, tendo a Irmã Rosita Milesi já ouvido várias vezes, e que pretende falar novamente por julgar importante. Diz que está há anos estudando dados, desde quando não sabiam absolutamente nada da quantidade de imigrantes no Brasil, das idas e vindas, e chega à conclusão que o Brasil não é credor, ou seja, que o discurso de que o Brasil faz muito pelos migrantes não é verdade porque temos muito poucos migrantes. Baseado em dados da Polícia Federal, diz que temos em torno de 0,5% da população de migrantes regulares e, talvez, 0,5% de

migrantes irregulares, mas que não é possível afirmar porque não há registros. Se observando a média mundial, atualmente é de 3% e há exemplos de países como os Estados Unidos onde a população de migrantes é de 15%, Alemanha possui 15% de migrantes, Inglaterra entre 14% e 15% de migrantes, Itália possui 10% e acredita que a média mundial seja de 3% porque existem 2 países muito populosos, que são a China e a Índia, que possuem um percentual pequeno de migrantes, não fosse por isso, a média mundial seria de 5% ou mais. O que quer dizer que a quantidade de migrantes no país não altera em nada a nossa economia no sentido pejorativo, talvez em um ou outro setor ou em locais como Roraima, que tem uma concentração maior de migrantes, isso provoque algum impacto na vida das pessoas que ali moram. Mas se formos ver a quantidade de brasileiros fora do Brasil, a estimativa é muito mais alta que esse 0,5% de migrantes que aqui estão. Talvez os Estados Unidos tenham 2 milhões de brasileiros migrantes e a Europa mais 2 milhões, ou seja, a quantidade de brasileiros fora do Brasil é muito maior que a quantidade de migrantes de todas as nacionalidades que aqui vivem. Coloca o questionamento sobre como seria se todos os brasileiros que estão fora do país voltassem e pedissem o Bolsa Família ou Auxílio Brasil, enfim, qualquer programa do gênero, e que nesse caso, seria necessário um aporte de dinheiro muito maior, talvez até mais do que foi investido na Operação Acolhida ou outros programas destinados aos migrantes.

O **Sr. Alexandre Rabelo Patury** continua sua fala dizendo que se formos avaliar a questão da balança comercial, vemos que a quantidade de dinheiro que hoje sai do país enviado por migrantes é assustadoramente menor que a quantidade de dinheiro enviada ao Brasil por brasileiros que estão fora. Então, na questão comercial temos um superávit. Isso quer dizer que o Brasil em suas inúmeras ações ao longo dos anos tem um caráter humanitário, mas avaliando os números acredita que nós não sejamos credores. Continuando sua fala, diz que desde 2013, quando teve o primeiro contato com o Programa Mais Médicos, na ocasião de sua entrada na Polícia Federal onde ocupou 2 cargos, como chefe de divisão e coordenador-geral, era um caos e que talvez a Irmã Rosita Milesi se lembre bem disso. Ressalta que não está fazendo análise para o governo, pois passou, talvez, por 3 governos ao longo desses 10 anos e que cada um teve suas benesses e suas críticas, mas que em 2012 ou 2013, a Polícia Federal tinha um contrato que emitia as carteiras de identidade e que emitiam 100.000 por ano, quando a necessidade era de 200.000, existindo um passivo enorme que só na Polícia Federal levava mais de 1 ano. Trabalharam mudando os contratos e a equipe, o que diminui o passivo, passando a emissão a levar em média 15 dias. Relata que começaram a ter problema por que na época o processo era dúplice, ou seja, emitia na Polícia Federal, mas, por exemplo, autorização de residência e reunião familiar era feito no Ministério da Justiça. Diz que, para aqueles que se lembram, o terceiro andar possuía metade da parede, dos 100 metros de corredor, toda cheia de processos que levavam mais de 6 anos. Na época, o Sr. Beto Vasconcelos, que era o Secretário Nacional de Justiça, e o Sr. Marivaldo de Castro Pereira, que era o Secretário Executivo, o chamaram para conversar para decidir se migravam os processos para a Polícia Federal, pois o Ministério da Justiça tinha poucos servidores e não tinha capilaridade, assim, os processos levavam até 6 anos. Não que a Polícia Federal fosse o melhor, mas era o único que poderia fazer pela capilaridade na época, em 2013. Lembra que caminhões e mais caminhões aportaram na Polícia Federal reduzindo talvez dos 6 anos do Ministério da Justiça e dos 2 anos da Polícia Federal para 1 ou 2 meses, tendo uma grande redução e foi uma ação quando se discutia a respeito da agência de migração. Diz que, particularmente, não sabe se é bom ou ruim, mas que talvez seja bom. Coloca que uma das discussões à época foi que uma agência de imigração custaria de R\$500.000.000,00 a R\$1.000.000.000,00 de reais, pois só a Polícia Federal emprega, mais ou menos, entre 700 e 800 pessoas, diretamente ligadas à imigração, tendo a capilaridade de mais de 120 pontos, tem computadores, tem contratos que emitem a carteira, então, na época, o governo não podia tal valor. Relata, também, que, a Irmã Rosita Milesi é a precursora da Operação Acolhida, que talvez não com esse nome, mas que em 2016 ela o procurou pedindo uma sala na Superintendência de Roraima onde começou a atender os venezuelanos, em um fluxo que na época não era entendido, pois ainda estavam no rescaldo do fluxo dos haitianos e a partir desse ponto começou o atendimento tomando corpo e que, com isso, o governo da época decidiu iniciar a Operação Acolhida que foi uma enorme ação, reconhecida mundialmente. Contudo, com a Operação Acolhida e a quantidade de refúgio que vinha sendo solicitado, em 2019 ou 2020 com decisão do Conare decidir pelo reconhecimento da situação de grave e generalizada violação de direitos humanos, a Sr. Maria Hilda Marsiaj, Subprocuradora da República, veio para o Ministério da Justiça e Segurança Pública na gestão do Ministro Sérgio Moro e assumiu a Secretaria Nacional da Justiça

iria à Genebra para receber um prêmio que seria dado ao governo brasileiro pela acolhida e o refúgio, e questionou a quantidade de venezuelanos reconhecidos como refugiados e que era um número muito pequeno, não sabendo se tinha um número acima de 10 ou 20. Diante do pequeno número, ela discutiu a possibilidade junto com o Conare e quais seriam os requisitos para fazer um cruzamento em massa que rendeu um trabalho intenso. Diz que no início achavam que não seria possível a análise de 100.000 processos, pois a média era de 300 a 400 processos por mês. Cita que fizeram um grande cruzamento pegando a movimentação migratória na Polícia Federal e explica que essa movimentação migratória gera mais de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de dados de registro e fizeram os primeiros cruzamentos. Pegaram uma quantidade de 100.000 (cem mil) elegíveis, mas viram que alguns não tinham os documentos, outro tinham muitos homônimos e tinham que fazer a análise com base a base da Interpol e onde só era possível fazer de 100 a 200 por mês, então conseguiram uma senha para fazer em massa de 1.000 por chamado, ou seja, só em uma noite fizeram mais de 20.000 análises e, então, tiveram um primeiro grande cruzamento e depois o segundo grande cruzamento. Complementa que por meio desses cruzamentos fizeram mais de 90% de toda a história do Conare com a ajuda da parte de informática da Polícia Federal, do Ministério da Justiça e do Conare que deu as diretrizes. Explica que o quer dizer com essas 3 histórias, é que o Ministério da Justiça é um órgão político que termina fazendo alguns tipos de execução como naturalização, com a questão do Conare, pelo menos a parte da secretaria, e que como órgão político se tem muitos poucos servidores e que existem servidores apaixonados pela questão da imigração, que estão há muitos anos e não saem, mas que a maioria é composta por servidores que estão em missão, estagiários ou colegas que apoiam a sociedade civil e que, por isso, não há capilaridade, pois não se tem servidores. Expõe que a Polícia Federal com suas Delemig e servidores terceirizados talvez tenha mais de 1.000 pessoas envolvidas com a migração, envolvendo controle migratório, e no Ministério da Justiça e Segurança Pública existem 20 ou 30 servidores, quando muito. Diz que a quantidade de servidores é muito precária e que uma grande dificuldade encontrada é que é fácil pedir o refúgio, mas difícil o julgar. Ressalta em uma ocasião levantou o custo do refúgio com o Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté e custava de 500 até 1.000 mil reais. Explica que o motivo de querer dizer isso é porque o órgão precisa se reinventar e avançar nessa questão das portarias e com uma anistia bem feita para que não ocorram os inúmeros problemas que aconteceram no passado. Diz estar falando como um cidadão que avalia o sistema como um todo e que há mais de dez anos não se tem condições na estrutura atual, que vive-se, hoje, de um cruzamento de dados, pois com os pouquíssimos servidores que se tem não é possível analisar caso a caso. E acredita que mesmo que o número de servidores fosse muito maior, talvez não fosse o suficiente porque houve dias em que se tiveram mais de 1.000 pedidos de refúgio na época do grande fluxo em Roraima. Cita que hoje o fluxo é de venezuelanos e amanhã será outro, assim como foram os haitianos, sendo cíclico o processo, existindo essa permeabilidade quando um país enfrenta problemas e outro está melhor um pouco, não adiantando construir muros e se tratando mais de uma questão humanitária. Diz que talvez o seu questionamento seja colocado para a próxima gestão e que, provavelmente, ele não tenha essa oportunidade, mas deixa a questão para os membros que irão permanecer para que digam que é preciso se reinventar e se perguntar sobre o que querem, se querem atender o migrante ou querem que sejam refugiados, pois as vezes ele consegue ser atendido, por um caráter humanitário, mas não necessariamente com a questão do refúgio. Ressalta que isso tem que ser avaliado para não se ter sempre esse passivo que hoje é de 120.000 (cento e vinte mil), conforme dado passado pela Sra. Luana Maria Guimarães Castelo Branco. Diz que escutou uma fala da Sra. Amarilis Busch Tavares e que concorda com a questão da grave e generalizada violação dos direitos humanos, mas que no caso dos venezuelanos chegou-se a um ponto em que não foi possível fazer mais, pois os documentos que eles traziam nos autos não eram suficientes para um cruzamento seguro. Diz que não se pode simplesmente dar o refúgio e que quando não se tem condição de fazer uma avaliação pelo computador, deve haver uma entrevista, tem que ter uma decisão. Diz que a ideia é que talvez invistam na anistia, em novas portarias em uma proposta sustentável para o Conare, porque é preciso atender os que procuram pelo instituto do refúgio, mas que talvez tenha que se analisar para não ter essa quantidade enorme porque o julgamento do refúgio não é fácil. Enfim, diz que o Brasil não é credor e que se tem poucos migrantes. Em alguns estados as pessoas nem conhecem migrantes o que é muito comum em outro país, mas que no Brasil as escolas não têm imigrantes, os colegas de seus filhos não são imigrantes, as pessoas que vocês conhecem não são imigrantes. Explica que isso é um retrato claro de que temos poucos imigrantes no país e que a quantidade de imigrantes em uma migração ordenada é muito boa para o país e que não conhece um caso de países que tenham

ficado pior com a questão de uma migração regular. Diz que todos pertencemos a uma só raça, a raça humana e diz conhecer brasileiros que fariam qualquer coisa para viver fora do país e imigrantes que arriscaram suas vidas para viver no Brasil. Complementa que são filhos do mesmo jeito, são colegas do mesmo jeito e que esse conceito de filho adotado não existe, pois todos são irmãos que vivem no mundo, merecem respeito e tem que afastar qualquer comentário xenófobo, qualquer comentário que pense que a imigração é prejudicial para o país e que talvez possa ter um avanço na questão do jus solis e jus sanguinis, usando de um neologismo, que possa avançar e evoluir para o uso do jus elegiti pátria, onde cada um que queira a sua pátria, que queira o Brasil como pátria possa vir e aqui viver. Por fim, ele agradece e complementa que passou pouco tempo, mas que gostaria de deixar pelo menos esses comentários a títulos históricos.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner**, agradece ao Sr. Alexandre Rabelo Patury, e que já se encaminham para o final da reunião e gostaria de apenas agradecer por esse período em que se encontra interinamente à frente da coordenação-geral e, em especial, ao Sr. Alexandre Rabelo Patury, pela confiança e o apoio ao longo dos últimos mês e meio, desde a saída do Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté e em todas as ocasiões em que conversaram, agradece também a toda equipe do coordenação-geral, ressalta que é uma equipe bastante valorosa e que continuará enviando seus melhores esforços para atender o público e trabalhar da melhor forma para realizar os objetivos e as atribuições que lhe foram designadas. Agradece, por fim, aos membros do Conare pela honra de ter partilhado esses momentos como coordenador-geral substituto e diz esperar os rever muito em breve. Deseja boas festas e um excelente final de ano e um excelente 2023. Indaga ao presidente se podem encerrar a reunião ou se haveria mais alguma manifestação.

O **Sr. Alexandre Rabelo Patury** diz que pode encerrar e agradece ao Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner, em nome de quem parabeniza a todo o Conare. Diz que gosta muito do Sr. Bernardo de Almeida Tannuri Laferté, de quem é amigo, e que o Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner o substituiu à altura, o parabenizando e agradecendo pela condução.

O **Sr. Gabriel Felipe da Fonseca Dizner** agradece pelas palavras e agradece mais uma vez a presença de todos os membros. Por fim, declara encerrada a 166ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional para os Refugiados.



Documento assinado eletronicamente por **Luana Maria Guimarães Castelo Branco Medeiros**, **Coordenador(a)-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados**, em 21/02/2024, às 14:58, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27046812** e o código CRC **EA64B95E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.